

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE GOIÁS

Notícias

Veja Online

Desigualdades na primeira infância são altas e persistentes no país | Balanço Social

.....

Arena de Noticias

Tribunais de Contas reforçam fiscalização para garantir direitos da primeira infância

.....

Assembléia Legislativa de Goiás

Matérias do Tribunal de Contas do Estado de Goiás são lidas no Expediente | Portal da Alego

.....

Jornal do Vale

Matérias do Tribunal de Contas do Estado de Goiás são lidas no Expediente

.....

Somos Notícia

BPM Day Piauí capacita profissionais em gestão e inovação de processos de negócios

.....

Desigualdades na primeira infância são altas e persistentes no país | Balanço Social

Desigualdades na primeira infância são altas e persistentes no país

No Brasil, quase se determina quem vai ter mais probabilidade de viver ou morrer em função da cor e de onde nasceu, aponta relatório

Quem atua há muito tempo na área social como eu já se acostumou a escrever infância no plural. No Brasil, há muitas infâncias e o seu desenrolar, no final das contas, vai depender da família e do lugar em que a criança nasce, o que os especialistas chamam popularmente de "loteria da vida".

Lançada em meados de março deste ano, a segunda edição do livro A Primeira Infância e os Tribunais de Contas: Desigualdades mostra a gravidade da situação, por meio de um diagnóstico baseado em auditorias dos Tribunais de Contas e evidências sobre a desigualdade na oferta de serviços essenciais. De forma geral, crianças negras e indígenas, das regiões Norte e Nordeste do país, estão quase sempre em grande desvantagem.

DESIGUALDADES NA SAÚDE, NA EDUCAÇÃO E ATÉ NA COBERTURA VACINAL

Na mortalidade na infância, há, segundo a publicação, uma desigualdade regional evidente. As menores taxas são de Santa Catarina, com 11,5 óbitos antes dos 5 anos para cada mil nascidos vivos, e do Distrito Federal, com 12,1 óbitos antes dos 5 anos para cada mil nascidos vivos. As piores taxas estão em Roraima, com mais do que o dobro do número de óbitos (23,6 óbitos) antes dos 5 anos para cada mil nascidos vivos de Santa Catarina, e no Amapá (21,9 óbitos).

Outro indicador social importante, a mortalidade infantil, também mostra a gravidade dessa situação. Taxas elevadas de mortalidade infantil estão diretamente associadas a condições de vida insatisfatórias e à baixa qualidade na prestação de serviços de saúde, que englobam desde o atendimento pré-natal e o parto até os cuidados de puericultura. Estados como Amapá e Roraima registram taxas significativamente mais altas, o que, de acordo com o livro, revela "desigualdades alarmantes".

No Amapá, há 18,1 óbitos de crianças com menos de 1 ano por mil nascidos vivos e em Roraima a taxa é de 17,8 óbitos por mil nascidos vivos, enquanto em estados como Santa Catarina a taxa de mortalidade infantil é abaixo de 10 óbitos por mil. Dado que o Brasil, em 2024, ocupava o 10º lugar entre as maiores economias do mundo, com um PIB de US$ 2,1 trilhões, seria esperado, segundo a publicação, que a taxa de mortalidade infantil estivesse próxima de cinco óbitos por mil nascidos vivos, o que, infelizmente, ainda está muito longe de acontecer.

O relatório também chama a atenção para a baixa cobertura vacinal contra a poliomielite no país. "É necessário urgentemente aumentar a coberta vacinal para mais de 95%. Isso porque a doença já foi reintroduzida, por exemplo, em Israel", aponta.

Segundo os dados, a cobertura da vacinação contra a paralisia infantil no Brasil foi de 78%, em 2022, o que é "extremamente" baixa. O estado onde há a maior cobertura vacinal é o Ceará, com 89,3%, ainda longe dos 95% necessários. No Amapá, o percentual é de apenas 59% e no Acre, 60,2%.

Não é só na saúde que as desigualdades regionais chamam a atenção. Os maiores percentuais de crianças que não frequentam a creche por dificuldade de acesso estão nas regiões Norte e Nordeste do país. Os quatro estados com os maiores índices são: Acre (48%), Roraima (38%), Pará (35%) e Piauí (33%), de acordo com a publicação.

Além das desigualdades regionais, o impacto do racismo nos dados também é escandaloso. "As consequências desse racismo estrutural podem ser vistas em diversas áreas, desde o menor acesso a creches e escolas de qualidade até a maior vulnerabilidade a episódios de violência", ressalta o livro.

Para se ter uma ideia do tamanho do problema, 64,3% dos bebês com baixo peso são pretos, pardos ou indígenas, quase 60% da mortalidade infantil entre pretos, pardos e indígenas é por causas evitáveis e mulheres pretas e pardas respondem por nada mais, nada menos que 65% das mortes maternas, aquelas que ocorrem na gestação ou nos 42 dias após o parto.

"A desigualdade não acontece por acaso, mas é um objetivo intencional. É o resultado de uma política econômica que tem por base o egoísmo, a competição como método e a infelicidade como propósito", diz o conselheiro do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Edson José Ferrari, presidente do Comitê Técnico da Primeira Infância do Instituto Rui Barbosa, em artigo do livro.

Espero que, nos próximos anos, com a implementação da Política Nacional Integrada para a Primeira Infância (PNIPI), o Brasil possa, finalmente, começar a mudar essa história, cheia de tragédias e sem final feliz. A intersetorialidade é fundamental para enfrentarmos essa realidade e os desafios sociais, superando essa visão fragmentada e desarticulada que tem prevalecido até então.

* Jornalista e diretora da Cross Content Comunicação. Há mais de três décadas escreve sobre temas como educação, direitos da infância e da adolescência, direitos da mulher e terceiro setor. Com mais de uma dezena de prêmios nacionais e internacionais, já publicou diversos livros sobre educação, trabalho infantil, violência contra a mulher e direitos humanos. Siga a colunista no Instagram.

Tribunais de Contas reforçam fiscalização para garantir direitos da primeira infância

(62) 98254-4862

A primeira infância é o alicerce do desenvolvimento humano e social. Como o Brasil trata suas crianças nos primeiros anos de vida é, também, o reflexo de como enxerga o próprio futuro. Mesmo com avanços legislativos e programas voltados à infância, a realidade de milhões de meninos e meninas brasileiros ainda é marcada por desigualdades profundas, agravadas pela má gestão de recursos.

Nesse cenário, os Tribunais de Contas assumem um papel estratégico. Cabe a eles fiscalizar como os entes públicos aplicam os investimentos em saúde, educação, segurança alimentar e infraestrutura voltados às crianças de 0 a 6 anos. Quando essa fiscalização é falha, o resultado é claro: creches sem estrutura, famílias sem apoio e crianças sem acesso ao que lhes é de direito.

Apesar de programas como o Plano Nacional da Primeira Infância e o Pacto Nacional pela Primeira Infância, 40% das creches públicas do país operam sem infraestrutura adequada, comprometendo segurança e bem-estar. Relatórios mostram ainda que 12% das famílias em programas sociais enfrentam dificuldades para receber os benefícios, devido a falhas administrativas e burocráticas.

A saúde infantil também preocupa. Dados mostram que a cobertura vacinal no Brasil, que era de 98,3% em 2015, caiu para 76,1% em 2020, colocando milhares de crianças em risco. O Tribunal de Contas de Goiás tem reforçado a importância de monitorar campanhas de vacinação para evitar retrocessos sanitários.

A educação é outro ponto crítico. Segundo o IBGE, há milhares de crianças em idade pré-escolar que nunca frequentaram uma escola ou creche, especialmente nas regiões mais pobres. Sem fiscalização, gestores públicos seguem ignorando o dever constitucional de garantir acesso universal à educação infantil.

O conselheiro Fernando Toledo, do TCE de Alagoas, resume bem o desafio:

"Não basta criar políticas públicas. É preciso garantir que elas funcionem. A fiscalização rigorosa é o único caminho para proteger a infância."

A conselheira Rosa Egídia, presidente do TCE do Pará, reforça a importância do controle social:

"Quanto mais participação da sociedade, maior a qualidade dos serviços prestados. Transparência é base de qualquer

política efetiva."

Para fortalecer o controle externo, os Tribunais de Contas têm apostado em novas tecnologias. Ferramentas de cruzamento de dados e inteligência artificial já estão sendo usadas para identificar falhas antes que causem prejuízos.

Outra frente importante é a capacitação de gestores. Muitos prefeitos e secretários municipais ainda não dominam a aplicação técnica dos recursos voltados à infância. Por isso, os TCs têm promovido treinamentos que explicam como estruturar políticas públicas eficazes, com base na legislação e em boas práticas de gestão.

Para o conselheiro Edilberto Pontes Lima, presidente do Instituto Rui Barbosa, o trabalho conjunto entre órgãos de controle é essencial:

"Fiscalização estratégica e integrada é o que garante o bom uso do dinheiro público. O futuro das nossas crianças depende disso."

A urgência é clara. Sem o olhar atento dos órgãos de controle e sem participação social ativa, o Brasil continuará a comprometer o desenvolvimento de sua população mais vulnerável. Investir na primeira infância é agir com inteligência, responsabilidade e humanidade. Mas para que isso aconteça de fato, cada centavo deve ser monitorado ? e cada criança, respeitada.

Conceito visual da série de imagens

Estilo adotado: Ilustração digital semi-realista com transição artística do rascunho ao acabamento total.

Técnica narrativa: Cada imagem foi concebida como uma metáfora visual do processo de desenvolvimento humano ? assim como a infância precisa de estímulo, cuidado e políticas públicas para "florescer", as imagens transitam da ideia crua (rascunho) até sua forma plena (realismo), evocando visualmente o impacto de ações (ou a ausência delas) sobre a vida de uma criança.

Matérias do Tribunal de Contas do Estado de Goiás são lidas no Expediente | Portal da Alego

Matérias do Tribunal de Contas do Estado de Goiás são lidas no Expediente

Durante o Expediente da sessão ordinária desta terça-feira, 22 foram lidas três matérias de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO). Os processos tratam de ajustes e revisões importantes no funcionamento da instituição.

A primeira matéria, de nº 9285/25, propõe a alteração da Lei nº 16.168, de 11 de dezembro de 2007, que é a Lei Orgânica do TCE-GO. A modificação busca adaptar a legislação às necessidades e desafios atuais do tribunal.

O segundo projeto, de nº 9288/25, trata da concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores do Tribunal de Contas, assegurando a atualização salarial para os funcionários do órgão.

Por fim, o terceiro projeto, de nº 9294/25, comunica a decisão, determinações e relatório resumido da execução orçamentária, destacando o acompanhamento das finanças do TCE e a transparência em suas atividades.

As três propostas seguem agora para análise na Comissão Mista.

Matérias do Tribunal de Contas do Estado de Goiás são lidas no Expediente

Durante o Expediente da sessao ordinaria desta terca-feira, 22 foram lidas tres materias de autoria do Tribunal de Contas do Estado de Goias (TCE-GO). Os processos tratam de ajustes e revisoes importantes no funcionamento da instituicao.

A primeira materia, de no 9285/25, propoe a alteracao da Lei no 16.168, de 11 de dezembro de 2007, que e a Lei Organica do TCE-GO. A modificacao busca adaptar a legislacao as necessidades e desafios atuais do tribunal.

O segundo projeto, de no 9288/25, trata da concessao da revisao geral anual da remuneracao dos servidores do Tribunal de Contas, assegurando a atualizacao salarial para os funcionarios do orgao.

Por fim, o terceiro projeto, de no 9294/25, comunica decisao, determinacoes e relatorio resumido da execucao orcamentaria, destacando o acompanhamento das financas do TCE e a transparencia em suas atividades.

As tres propostas seguem agora para analise na Comissao Mista.

Fonte: Assembleia Legislativa de GO

BPM Day Piauí capacita profissionais em gestão e inovação de processos de negócios

Publicidade Geral 2

O Tribunal de Contas do Estado do Piauí (TCE-PI) está sediando em seu auditório durante todo o dia de hoje (22) o evento "BPM DAY PIAUÍ" para discutir o tema Gestão de Processos de Negócio (BPM- Business Process Management) e apresentar casos práticos de implementação da cultura da inovação, em uma promoção da ABPMP Internacional, uma associação profissional sem fins econômicos dedicada à difusão e capacitação profissional nessa área, centrada em formar profissionais capazes de transformar as organizações públicas e privadas em entidades de nível mundial capazes de oferecer melhores produtos e serviços, maior produtividade e eficiência e menores desperdícios e falhas.

Na abertura dos trabalhos, o presidente do TCE-PI, conselheiro Kennedy Barros, afirmou que as entidades só tem um caminho a seguir, que é a adoção de práticas de governança e acessibilidade, com o planejamento das metas que se busca para que os resultados pretendidos sejam alcançados.

Publicidade Geral 3

Falando em nome da ABPMP Distrito Federal, a primeira a ser criada no Brasil, o consultor Marcelo Resende saudou a todos os presentes e informou que a intenção do evento é criar no Piauí um capítulo da instituição, assim como já existe em estados como Goiás e Ceará. Ele disse que a ABPMP conecta mais de 17 mil profissionais que representam mais de 750 empresas e 56 capítulos em todo o mundo e se dedica ao reconhecimento do BPM como profissão, disciplina o padrão para as práticas de BPM e certificação.

A primeira palestra foi ministrada pelo chefe de gabinete da presidência do TCE de Goiás, Sérvio Túlio, que apresentou o case de sucesso daquela instituição: "Elevando padrões - como o TCE-GO se apoia nas certificações e na gestão de processos para impulsionar sua cultura de excelência". O principal resultado prático foi a diminuição dos prazos de conclusão dos processos, que chegavam a 450 dias e hoje estão em uma média de 150 dias.

O maior especialista brasileiro e fundador da ABPMP Brasil, Gart Capote, através de vídeo conferência falou a "BPM com centralidade em experiências", onde discorreu sobre os temas contidos em seus livros, inclusive o "BPMX" que ainda será lançado e onde desenvolve a teoria dos três X: eXperiência, neXialismo e flexibilidade para mostrar a evolução da gestão de processos com o uso métodos e tecnologias. Ele é o maior autor de língua portuguesa sobre o tema e tem mais de 20 anos de experiência internacional atendendo centenas de organizações públicas e da iniciativa privada.

A escritora e consultora Viviane Hérica, profissional com mais de 20 anos de experiência liderando transformações estratégicas em grandes empresas falou "Insights em Ação: um método para alinhar pessoas, processos e cultura à inovação",

Ao final da manhã foi realizado um painel com os palestrantes Sérvio Túlio, Viviane Hérica e Márcio Baldoíno Leitão sobre o tema "Inovação e transformação das organizações", onde os participantes puderam fazer perguntas e comentários e tirar dúvidas sobre todos os aspectos dos assuntos discutidos durante a primeira etapa do evento.

Os debates prosseguem à tarde com temas como Gestão por processos na assistência social do Distrito Fedetal, a experiência da Secretaria de Fazenda do Piauí com BPM e Lowcode, a inteligência artificial e os processos e um painel sobre "Inovação e transformação das organizações.